

Índio morreu com três tiros, afirma polícia

Líderes indígenas apontam delegado da PF como responsável por disparos; federais confirmaram apenas 9 feridos

Adonias Kaba/Divulgação

Em nota, a PF disse ter sido vítima de uma "emboscada", após uma reunião de quatro horas no dia anterior

RODRIGO VARGAS
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM CUIABÁ

Um laudo feito a pedido da Polícia Civil do Pará atestou que o índio Adenilson Mundurucu, 28, morreu em decorrência de três ferimentos provocados por arma de fogo.

Líderes da etnia apontam um delegado da Polícia Federal como responsável pelos disparos e dizem que Adenilson, enterrado ontem em Jacareacanga (PA), foi "executado" durante confronto com a PF na quarta-feira, na divisa entre Mato Grosso e Pará.

"Eles atiraram nas pernas, para que ele não pudesse fugir, e depois deram um tiro na cabeça para matar", afirmou Adonias Kaba, índio mundurucu que é vereador pelo PSDB em Jacareacanga.

Anteontem, Kaba integrou uma comissão que esteve na aldeia Teles Pires, onde Adenilson vivia. Segundo ele, o clima é de "medo e tristeza".

"Estão todos em choque, sem saber o que mais vai acontecer. A polícia invadiu a aldeia e atirou nas casas, jogou bomba", disse.

Segundo ele, o único gerador de energia e todas as ca-

noas e embarcações a motor da comunidade foram inutilizadas. "Fuzilaram as canoas. Ninguém pode pescar."

O vereador disse que há na aldeia testemunhas da morte de Adenilson. "Eles viram quando o delegado atirou e o índio caiu no rio e afundou. Agora o que queremos é investigação séria e justiça."

Segundo a coordenação local da Funai (Fundação Nacional do Índio), um relatório sobre o episódio seria encaminhado ontem ao comando do órgão em Brasília.

"Além do laudo cadavérico, vamos encaminhar depoimentos de vários índios da etnia", disse o coordenador da Funai Raineri Quintino.

O confronto entre índios e PF ocorreu durante uma das ações previstas na decisão judicial que deflagrou a Operação Eldorado, que desarticulou um esquema de exploração ilegal de ouro na região.

Ontem, em nota, a PF disse ter sido vítima de uma "emboscada" dos índios, após uma reunião de quatro horas no dia anterior na qual haviam chegado a um acordo sobre a operação.

"O líder indígena atacou o coordenador da operação, dando golpe de borduna em seu ombro. Mais de cem índios 'pintados para a guerra' atacaram com armas de fogo e arcos e flechas cerca de 35 policiais", disse o texto.

Segundo a PF, um grampo telefônico "comprova que havia intenção do líder indígena em atacar os policiais". No confronto, ainda segundo a nota, os policiais usaram bombas de gás para proteção pessoal e, em seguida, "a força necessária".

A PF nada disse sobre a morte do índio. afirmou apenas que, até o momento, há um saldo de nove feridos: seis índios e três policiais. Em razão do conflito, 19 índios foram detidos e depois liberados. A PF diz que apreendeu 15 armas de calibres diversos, além de bordunas, arcos, flechas e facões.



Balsa dos índios supostamente usada em extração ilegal de ouro foi explodida pela PF na operação que acabou em conflito

Adonias Kaba/Divulgação



Adenilson Krizi Mundurucu, 28, morto a tiros em confronto

Polícia Federal/Divulgação



Armas indígenas apreendidas pela PF em operação no MT

“Eles atiraram nas pernas, para que ele não pudesse fugir, e depois deram um tiro na cabeça para matar”

ADONIAS KABA
Índio mundurucu,
vereador pelo PSDB
em Jacareacanga

Extração ilegal de ouro ocorre há 4 anos, afirma PF

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM CUIABÁ

O confronto que causou a morte de um índio no rio Teles Pires tem como pano de fundo um sistema de extração ilegal de ouro operado há ao menos quatro anos na região da divisa entre Mato Grosso e Pará.

Alvo da Operação Eldorado, deflagrada pela Polícia Federal nesta semana em sete Estados, o esquema movimentava milhões de reais.

A estrutura criminoso é descrita em detalhes em decisão da Justiça Federal que

determinou a prisão de 28 suspeitos de envolvimento na exploração ilegal, além de 64 ações de busca e apreensão.

Segundo o documento, oito índios caiabís e mundurucus —dois deles caciques— recebiam pagamentos em dinheiro, ouro, combustível e até tratamento médico em São Paulo para autorizar a permanência de garimpeiros em terras indígenas.

O ouro era extraído do rio Teles Pires por meio de balsas. A PF identificou 14 delas na região, gerando danos ambientais como assoreamento e contaminação por mercú-

rio. No total, cada balsa rendia R\$ 500 mil por mês, totalizando R\$ 84 milhões ao ano, segundo a PF.

"A atividade é praticada não por garimpeiros artesanais, mas por ricos 'empresários do crime'", aponta trecho da decisão do juiz Fábio Fiorenza, da 5ª Vara Federal de Mato Grosso.

Com base em grampos telefônicos legais, a PF identificou quatro grupos da operação: 1) líderes indígenas; 2) donos de balsas e garimpeiros; 3) donos de postos de compra de ouro; 4) pessoas que dão apoio ao esquema.

Para ocultar a origem ilegal do ouro, entravam em cena empresas de comércio de ouro de cidades como Jacareacanga (PA), Porto Velho (RO) e Alta Floresta (MT), ligadas a firmas que vendem o metal no mercado financeiro.

A produção era "regularizada" com notas frias fornecidas por pessoas físicas ou cooperativas de garimpeiros.

A exploração mineral em terras indígenas, vetada por lei, é tema de projeto de lei em discussão no Congresso.

Pela proposta, índios receberiam royalties. A Funai é favorável. (RODRIGO VARGAS)

OURO DA DISCÓRDIA

Conflito entre índios e agentes da Polícia Federal envolve um esquema ilegal de extração do metal

ONDE FICA

O esquema atua desde a cachoeira da Rasteira, no rio Teles Pires, na terra indígena Caiabi, entre Apicás (MT) e Jacareacanga (PA), até o local chamado Porto Ramal, no rio Tapajós, em Maués (AM), abrangendo a terra indígena Mundurucu

COMO É

A extração ilegal é feita com maquinário pesado —dragas que revolvem o leito do rio— e com uso de mercúrio, causando danos como destruição de áreas de preservação, assoreamento e contaminação



OS NÚCLEOS DO ESQUEMA, SEGUNDO A APURAÇÃO

- 1 Garimpeiros/donos de balsas extraem o ouro
- 2 Líderes indígenas permitem a extração mediante pagamentos em ouro, combustível e outros benefícios (motores, pagamentos médicos)
- 3 Donos de postos de compra "esquentam" o ouro ilegal com notas frias de cooperativas de garimpeiros
- 4 Pessoal de suporte dá apoio ao esquema. Um servidor da Marinha recebia propina para autorizar balsas

AS QUATRO FASES DO ESQUEMA

- 1 Extração ilegal de ouro no rio Teles Pires
- 2 Transporte e comércio em áreas urbanas que circundam a região: Itaituba (PA), Jacareacanga (PA), Porto Velho (RO), Alta Floresta (MT) e Apuí (AM)
- 3 Aquisição do ouro nas áreas urbanas por postos de compra ligados a distribuidoras de títulos
- 4 Inserção do ouro ilegal e já "esquentado" pelas distribuidoras no sistema financeiro nacional

Fonte: Justiça Federal em Mato Grosso



» PROTESTO NA PAULISTA Manifestantes marcharam na avenida Paulista, em São Paulo, até o Tribunal Regional Federal para pedir proteção aos índios guaranis-caiobás, que entraram em confronto com a Polícia Federal na quarta